

1. IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: JOELSON HORA COSTA

CPF:

Cidade: ARACAJU

Telefone: (DDD)

UF: SE

Email: joelsonhcosta@gmail.com

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Introdução

O Plano de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos de Sergipe definiu quatro regiões vocacionadas para a criação de Consórcios Públicos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos: Baixo São Francisco; Agreste Central; Sul e Centro Sul Sergipano e Grande Aracaju, em um arranjo que tem como pressuposto razões de escala, tendo em vista que todos os municípios precisam equacionar as ações de gestão em conjunto, considerando o interesse público e a sustentabilidade institucional e ambiental.

O ~~presente documento tem como objeto o~~
CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGreste Central (CPAC), que por intermédio da AGRESE - Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe, vem apresentar, ~~por meio~~ ~~deste~~ Termo de Referência, contendo as diretrizes para a participação de interessados no Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI 004/2018, visando a obtenção de levantamentos, propostas investigações, e estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, e projetos com o objetivo de exploração e gestão integrada dos resíduos sólidos, produzidos pelas populações de seus Entes consorciados voltadas para o desenvolvimento de projetos de exploração, mediante modelo de concessão administrativa, de gestão integrada, incluídos referentes ao manejo e disposição final de desses resíduos sólidos. dos entes consorciados.

MUNICÍPIOS COMPONENTES DO CPAC: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Cumbe, Divina Pastora, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Riachuelo, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima, São Domingos, São Miguel do Aleixo e Siriri.

2. Escopo do projeto

Os Estudos devem rão envolver os elementos necessários para a prestação de serviços para manejo, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos, baseados na Lei Federal nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, e da Lei 5.857/2006, que rege a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para instalação do aterro sanitário na área compreendida pelo Consórcio Público - CPAC. Deverão ser observadas ainda as premissas, como forma consultiva, do Plano Estadual de Coleta Seletiva, o Plano de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos de Sergipe e o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Agreste Central Sergipano, disponibilizados no site do Consórcio CPAC: www.consorcioagreste.com.br.

Não integram o objeto deste PMI as ações relacionadas à é-objeto deste PMI a gestão e operação da limpeza urbana, bem como a coleta e transporte dos resíduos sólidos no âmbito de cada Município, atividades essas que permanecerão sob responsabilidade dos e coleta dentro dos municípios, responsabilidade dos Entes consorciados que deverão, nos termos da Lei 12.305/2010, destinar exclusivamente, os rejeitos caso o aterro sanitário não contemple em suas dependências, as ferramentas ambientalmente adequadas para tratamento ou triagem dos resíduos sólidos. O local de destinação dos resíduos sólidos deverá situar-se na área abrangida pelo CPAC.

Dessa forma, as manifestações de interesse PMI deverão observar as seguintes diretrizes:

a) Atender aos objetivos da Lei Federal 12.305/2010, visando a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

b) A necessidade de tratamento e disposição de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) ambientalmente adequados, incentivando inclusive mecanismos que promovam a redução do

volume de resíduos aterrados por meio da reutilização e do reaproveitamento ou em decorrência da utilização de **quaisquer** tecnologias amparadas pela legislação em vigor;

c) A garantia de melhoria na prestação do serviço, vinculada a uma gestão eficiente e ao desenvolvimento de novas tecnologias menos poluentes e mais vantajosas;

d) A garantia da transparência da gestão, como premissa indispensável à execução das políticas públicas dos municípios consorciados;

e) O atendimento aos padrões contratuais estabelecidos, incentivando a relação de parceria entre o ente privado e o poder público, de forma a garantir que os ganhos de eficiência sejam verificados e efetivamente reais para as partes.

f) Serviço de educação ambiental e ações de conscientização da população e agentes envolvidos no processo voltados a não geração, redução, reutilização e reciclagem uma vez que a coleta nos municípios não faz parte do escopo deste PMI, mas é parte importante para que os projetos atendam os objetivos descritos nos itens anteriores.

Para fins deste PMI, não há impedimento para que os participantes apresentem estudos, propostas, levantamentos, dados, elementos, relacionados a outros serviços, desde que vinculados ao objeto da concessão.

3. Diretrizes para elaboração da manifestação de interesse

Os interessados em participar deste PMI deverão apresentar **todos** os estudos, levantamentos e planos descritos neste Anexo, evidenciando claramente a fonte das informações, quando for o caso, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

Destaca-se que é de inteira responsabilidade dos interessados subsidiar-se de informações atualizadas

quanto à etimologia, história, geografia, hidrografia, geologia e geomorfologia, relevo e vegetação, clima, ecologia e meio ambiente, demografia, economia, indicadores socioeconômicos, política, estrutura urbana, saúde, educação, habitação, transporte, cultura dos municípios que compõem o Consórcio.

Visando garantir a objetividade na avaliação dos estudos, as propostas deverão respeitar os seguintes critérios de apresentação:

- ~~Deverão ser Ser~~ apresentados em papel timbrado, redigidos em língua portuguesa, contendo a assinatura de seu representante legal;
- ~~Deverão ser Ser~~ apresentados encadernados, com as páginas numeradas, com a inclusão de um sumário e de termos de abertura e encerramento.
- ~~Deverão ser Ser~~ entregues também em formato eletrônico (CD ROM ou pen drive) contendo os mesmos Estudos na forma de arquivo compatível com softwares de uso comum no mercado e editáveis.

É questão ~~crítica~~ preponderante para o desenvolvimento do projeto, o levantamento e a localização das possíveis áreas ambientalmente licenciáveis (em consonância com as ~~legislaçõe~~s federal e estadual) destinadas ao manejo, tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos, de acordo com a tecnologia a ser apresentada. Dessa forma, os estudos, além do levantamento de possíveis áreas avaliadas em razão de atendendo a sua disponibilidade e adequação, deverão levar em consideração o menor valor global do Momento de Transporte, calculado pela somatória dos produtos dos pesos dos resíduos produzidos por cada Município, pela distância média de transporte até o local de tratamento/disposição desses resíduos. ~~melhor custo benefício para os municípios integrantes do consórcio, de modo que os gastos de transporte para destinação sejam os mais equânimes possíveis entre os mesmos.~~

Os Estudos deverão ser divididos apresentados separadamente, em cadernos, e ~~deverão~~ conter contendo os elementos técnicos, jurídicos e econômicos que

consubstanciam a proposta de gestão dos **resíduos sólidos** dos Municípios que integram o Consórcio Público **- CPAC** para o tratamento final do Resíduo Sólido e o seu aproveitamento energético baseados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, contemplando um horizonte não inferior a 20 anos de operação.

Os proponentes deverão apresentar os **Estudos de acordo com a distribuição a seguir**, admitindo-se acréscimos aos itens listados desde que sejam respeitados os formatos expressos, e desde que isso se constitua um instrumento para ampliação do espectro de abordagem ou aprofundamento técnico.

~~CADERNO I - PROPOSTA PREMILIMINAR~~

~~CADERNO II - ESTUDOS DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÃO~~

~~CADERNO III - MODELAGEM ECONÔMICA-FINANCEIRA~~

- a) CADERNO I - Abordagem Tecnológica
- b) CADERNO II - Síntese da Proposta
- c) CADERNO III - Projeto de Implantação
- d) CADERNO IV - Modelo Operacional
- e) CADERNO V- Modelo Econômico-Financeiro e Plano de Negócios
- f) CADERNO VI - Modelo Jurídico-Institucional
- g) CADERNO VII - Anexos e Documentação Complementar

CADERNO I - Abordagem Tecnológica

Este caderno consistirá na apresentação da proposta de tecnologia(s) para gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo o manejo, tratamento e disposição final, a ser(em) adotada(s) para o alcance do objetivo deste PMI.

Deverá conter avaliações preliminares, identificando os objetivos e as possíveis limitações que possam influenciar a estruturação do projeto e conter, minimamente:

- a. Apresentação da tecnologia ou conjunto de tecnologias, justificando a escolha da(s) mesma(s) e detalhando suas principais vantagens e desvantagens, custos e benefícios, bem como explicitando sinergias de uso de duas ou mais tecnologias, quando propostas em conjunto;
- b. Descrição e especificações dos elementos do projeto contemplando estimativa aproximada de investimentos e custos operacionais médios por tonelada de resíduo e custo de transporte por tonelada, por quilômetro;
- c. Prazo médio de implantação de cada tecnologia proposta e vida útil do empreendimento; e
- d. Mapeamento das receitas acessórias que poderão ser aferidas pelo parceiro privado e forma de compartilhamento com o Poder Concedente.

CADERNO II - Síntese da Proposta

Deverá conter a síntese da manifestação de interesse, abordando as informações que deverão estar presentes nos demais Cadernos, de forma a apresentar um conteúdo ao mesmo tempo sintético e abrangente. Podem ser utilizados recursos gráficos, tabelas, quadros, planilhas, desenhos e figuras que melhor auxiliem na compreensão da proposta oferecida.

Além disso, deverá apresentar um relatório, abrangendo, mas não se limitando, a:

- a) Tecnologia a ser adotada;
- b) Características básicas operacionais;
- c) Panorama legal da execução do projeto;

- d) Localização e adequabilidade do projeto, considerando a necessidade de identificação de terreno adequado, observada a legislação cabível;
- e) Forma mais adequada para aquisição dos terrenos (aquisição direta pelo poder público ou pelo particular);
- f) Parâmetros que nortearão a concepção do projeto, como: perfil da população abrangida pelo projeto; prognósticos para o crescimento dos resíduos da área do projeto; área disponível; serviços a serem prestados, integração com a comunidade, além de outros aspectos relevantes para o estudo.

CADERNO III - Projeto de Implantação

Tratará da descrição detalhada de todos os investimentos a serem realizados, contemplando desde instalações físicas, equipamentos industriais a serem instalados, até mobiliários e veículos necessários para operação. As tecnologias, práticas e processos deverão considerar as experiências internacional e nacional, a sustentabilidade ambiental e também financeira do projeto, e a análise das situações ambientais e geográficas dos municípios consorciados. Neste caderno deverá também ser apresentado o anteprojeto arquitetônico do(s) empreendimento(s) proposto(s).

Para a elaboração do projeto de implantação devem ser consideradas, as questões legais, administrativas e operacionais relativas à implantação desse empreendimento, contemplando:

- a) Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total;
- b) Plataforma tecnológica disponível no mercado para a prestação dos serviços, bem como suas vantagens e desvantagens;

- c) Sistemas e equipamentos necessários além de critérios de inovação e renovação de tecnologia;
- d) Tecnologias utilizáveis, incluindo a previsão de atualização tecnológica dos equipamentos necessários.
- e) Definição das especificações mínimas para todas as Instalações e serviços a serem prestados;
- f) Plantas baixas e cortes necessários;
- g) Volumetria - perspectivas;
- h) Plantas baixas e cortes necessários;
- i) Quadro mínimo de áreas;
 -
- j) Diretrizes construtivas;
- k) Caracterização das áreas abrangidas pelo projeto contendo: planta de situação dos empreendimentos; estudos topográficos; orçamento, com indicação do cronograma físico- financeiro das obras e serviços associados à construção, operação e manutenção da solução técnica; e medidas ambientais a serem identificadas;
- l) Identificação e mapeamento de áreas de implantação do projeto, além dos custos e análise de regularidade da implantação deste tipo de empreendimento perante as autoridades competentes;
- m) Especificação e dimensionamento das instalações, mobiliário e equipamentos a serem empregados em cada empreendimento;
- n) Estimativas de custo individual das obras de arquitetura, complementares de engenharia, paisagismo e comunicação visual, mobiliário e equipamentos previstos incluindo a referência utilizada;
- o) Estudo preliminar de impacto ambiental e urbanístico;

- Tratamento em áreas urbanas - análise do impacto urbanístico e de circulação previstos em função da operação do serviço proposto. O relatório deverá conter, além da previsão do impacto, a proposição e anteprojeto das medidas mitigadoras ou compensatórias, estimativa de custo e tempo de implantação destas medidas e análise do impacto na valorização dos imóveis na região de influência.
- Estudo de Impacto Ambiental - análise do impacto ambiental motivado pela implantação do sistema e proposição e anteprojeto das medidas mitigatórias ou compensatórias bem como estimativa do seu custo e tempo de implantação;
- Estudo de impacto Socioeconômico - análise do impacto socioeconômico motivado pela implantação do sistema e das desapropriações, com proposição de em anteprojeto de medidas mitigatórias ou compensatórias, bem como estimativa do seu custo e tempo de implantação.

As áreas indicadas para a localização do projeto deverão ser abertas à visitação pelo Poder Concedente, ou por quem este designar, mediante prévio agendamento com a proponente, visando possibilitar o exame da adequabilidade de suas características ao escopo do projeto.

CADERNO IV- Modelo Operacional

Estes estudos apresentarão as melhores práticas, inovações e sugestões nos procedimentos operacionais da manutenção da infraestrutura e dos equipamentos necessários para a

—

adequada prestação de serviços objeto desse projeto, bem como da prestação dos serviços de apoio a elas. O modelo operacional deverá conter no mínimo:

a) Descrição da matriz de responsabilidades: apresentar proposta de atribuições operacionais, no

contexto de uma concessão relacionada à gestão de RSU para:

- Autoridade fiscalizadora do contrato;
- Operador privado;
- Prefeituras dos municípios consorciados.

b) Descritivo dos serviços de apoio que serão prestados pelo parceiro privado, incluindo entre eles a obrigação de manutenção corretiva e preventiva, conservação das instalações físicas, vigilância patrimonial física e eletrônica, entre outros;

c) Projeção do prazo ideal para a concessão, dentro dos limites da legislação vigente e também devidamente justificado por meio das análises e cálculos que motivaram tal decisão;

d) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação para os serviços a serem concessionados: a projeção deverá ser realizada para todo o período de concessão proposto e deverá ser acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas;

e) Descritivo de possíveis receitas acessórias que poderão ser geradas por meio de atividades complementares ao objeto deste contrato;

f) Estruturação de Plano de Operação e Conservação/Manutenção da infraestrutura implantada: deverão ser previstas e orçadas todas as intervenções julgadas necessárias para que as condições operacionais dos serviços concessionados se mantenham adequadas por toda a vigência da concessão, incluindo estrutura de pessoal.

g) Relatório contendo a descrição detalhada de todas as obrigações da concessão. O relatório deverá incluir:

- Descrição detalhada das obrigações da concessionária, com a consequente elaboração

do caderno de encargos do concessionário;

- Descrição detalhada das obrigações do Poder Público na execução do contrato.

—

CADERNO V- Modelo Econômico-Financeiro e Plano de Negócios

Este Caderno deverá apresentar toda a estrutura de investimento (CAPEX) e custos de prestação dos referidos serviços (OPEX) durante todo o período de concessão.

Deverão ser consideradas as normas internacionais de contabilidade (IFRS) na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis projetadas.

Este caderno deverá conter informações quanto ao(à) :

a) Proposta de modelo de financiamento, com base na análise de viabilidade financeira, bem como do valor da contraprestação pública;

b) Indicação de instrumentos tributários e urbanísticos de arrecadação e recuperação de mais valia fundiária que viabilizem a implantação do projeto;

c) Plano detalhado de investimento apresentando a proposta de um cronograma de implantação de obras e serviços, contendo um relatório detalhado das estimativas de investimentos relacionados a toda infraestrutura necessária para implantação e operação do serviço em concessão. Deverão ser considerados custos, tais como:

i. Pré-implantação - estudo de viabilidade, aquisição de terrenos, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;

ii. Implantação - infraestrutura em geral (água, energia elétrica), unidades de transbordo, unidades de recebimento, sistemas de tratamento de resíduos, sistemas de drenagem, áreas verdes, aquisição de equipamentos, instalações de apoio, administração,

etc.;

iii. Operação;

iv. Encerramento.

d) Relatório contendo as projeções de custos e despesas da concessionária durante todo o prazo de concessão a ser proposto pelo interessado, incluindo aqueles relativos a manutenção da infraestrutura e a realização das seguintes tarefas:

i. Calcular e projetar os custos variáveis da operação do sistema proposto;

ii. Calcular e projetar os custos fixos da operação do sistema proposto;

iii. Calcular e projetar as despesas da concessionária;

iv. Calcular e projetar os tributos pagos pela concessionária.

e) Planilha digital contendo o modelo econômico-financeiro da concessionária ao longo de todo o prazo de concessão a ser definido no CADERNO IV- Modelo Operacional. A planilha deverá ser aberta, evidenciar todas as premissas utilizadas para a sua elaboração, expondo as fórmulas de cálculo e a origem dos dados. Além disso, deverá incluir as seguintes tarefas:

i. Incorporar a projeção detalhada de cada item da receita anual da concessionária;

ii. Incorporar a projeção detalhada de cada item das despesas e custos anuais da concessionária (despesas diretas, indiretas, tributos, depreciação, etc.);

iii. Projetar, detalhadamente, a despesa com o custo de capital necessário para o financiamento do

investimento;

iv. Explicitar o WACC do empreendimento, bem como o Ke da empresa, ou grupo;

v. Elaborar Plano de Investimentos e Reinvestimentos contendo no mínimo: detalhamento e estimativa dos Investimentos fixos e pré-operacionais; cronograma de Investimento; quantificação da necessidade de capital de giro; detalhamento e estimativa dos reinvestimentos; Cronograma dos Reinvestimentos; Critérios para Reversibilidade de Bens Reversíveis;
vi. Estimar faturamento;

vii. Elaborar demonstrações de resultado;

viii. Considerar os efeitos tributários da desapropriação e outros instrumentos que busquem eficiência tributária do negócio;

ix. Elaborar o Fluxo de Caixa detalhado do projeto;

x. Presumir composições de capital da concessionária;

xi. Elaborar Fluxo de Caixa detalhado dos acionistas;

xii. Estimar a TIR real mínima aceitável do projeto;

xiii. Calcular os indicadores econômicos (TIR, VPL, Breakeven, Payback, dentre outros) e indicar a forma mais adequada de condução do processo licitatório de concessão (licitação em lote único ou vários lotes), considerando a presença de economias de escala nessas diferentes configurações de lote;

xiv. Apresentar cenários distintos considerando o aporte ou não de recursos por parte do Consórcio;

—

xv. Estimar a contraprestação pública para a

viabilidade do negócio e definição das garantias de pagamento.

f) Relatório contendo matriz de riscos e sua quantificação. O relatório deverá conter a identificação, caracterização e descrição dos riscos relacionados com a construção e operação do sistema proposto, incluindo, mas não se limitando a:

i. Risco de Construção: o qual inclui todos os obstáculos das obras civis, tais como o não cumprimento dos prazos pactuados, do orçamento projetado ou do enquadramento nas especificações estipuladas;

ii. Risco de Disponibilidade da infraestrutura para a sua plena e perfeita utilização;

iii. Risco de Design: o risco do design é não possibilitar o fornecimento dos serviços necessários ao fiel cumprimento do contrato ou comprometer o desempenho ou os padrões de qualidade;

iv. Risco Econômico: são riscos da situação econômica vigente à época da contratação sofrer mudanças radicais, a ponto de interferirem nos índices de demais números projetados;

v. Risco Ambiental: são riscos advindos dos impactos ambientais que o projeto poderá causar no ambiente em que estiver instalado e também nas áreas adjacentes;

vi. Risco Fundado: risco de atrasos ou modificações substanciais no projeto;

vii. Risco Legislativo: risco de mudanças legislativas elevarem os custos do projeto;

viii. Risco de Demanda: risco da demanda pelos serviços ser inferior àquela planejada;

ix. Risco de Financiamento: risco da obtenção de crédito e variação da taxa de juros

x. Identificação, detalhamento e sugestão de compartilhamento dos principais riscos associados ao projeto, no caso de concessão;

xi. Valoração monetária dos riscos, a partir das técnicas de avaliação de riscos, sempre que possível;

xii. Analisar as implicações jurídicas associadas à repartição de riscos contemplada na Matriz elaborada, por meio da identificação do mecanismo contratual por meio do qual a referida alocação poderia ser efetivada.

g) Relatório contendo Quadro de Indicadores de Desempenho proposto. O relatório deverá incluir o resultado da realização das seguintes tarefas:

—

i. Indicar quais indicadores compõem o Quadro de Indicadores, bem como a forma de cálculo;

ii. Considerar eventos de stress dos indicadores de desempenho nos indicadores financeiros;

iii. Descrição de procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.

h) Relatório contendo a descrição dos cálculos do pagamento público, incluindo:

i. Elaboração de fórmulas paramétricas para cálculo do pagamento público, considerando:

ii. A forma com que os indicadores de desempenho interferirão na remuneração;

iii. O prazo de duração do contrato;

iv. O regime tributário aplicável aos investimentos e receita do concessionário.

v. Indicação de critérios para atualização monetária do contrato;

i) Relatório sobre a estrutura de garantias necessárias à Concessão. O relatório deverá incluir o resultado da realização das seguintes tarefas:

i. Identificação do volume de garantias necessárias para garantir a atratividade econômica da concessão;

ii. Proposição de tipo de garantias e de suas características com vistas a garantir a atratividade econômica da concessão;

iii. Estudo de Custo de Oportunidade do concessionário.

j) Análise de viabilidade financeira: A partir dos custos levantados para implantação do sistema e das estimativas de receita e ganhos financeiros provenientes de sua implantação e operação deverá ser realizada a análise de viabilidade financeira de forma a permitir a definição do modelo de financiamento, tempo mínimo de retorno dos investimentos, taxa interna de retorno (TIR) e contraprestação.

CADERNO VI- Modelo Jurídico-Institucional

Este caderno deverá conter os seguintes itens:

1. Desenho e estruturação do modelo jurídico, que contenha:

—

I. observância das competências municipais para a concessão dos serviços;

II. incorporação das diretrizes ora traçadas aos documentos produzidos, salvo se a proposta se sustentar em modelo não previsto inicialmente; e contemple a indicação de, no mínimo, os seguintes aspectos:

a. Indicação dos critérios de habilitação técnica, jurídica e financeira dos licitantes,

- b. Indicação dos critérios de julgamento das propostas bem como de estratégias de negociação até a contratação, conforme as condições da legislação vigente;
- c. Definição das garantias de proposta e de execução contratual a serem exigidas na licitação e no contrato de concessão;
- d. Proposta de estrutura jurídica para a constituição de garantias do Poder Concedente.
- e. Identificação dos requisitos a serem observados pela concessionária, como a formação de uma sociedade de propósito específico;
- f. Previsão dos mecanismos contratuais para disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
- g. Definição dos índices de desempenho a serem considerados;
- h. Fiscalização do contrato;
- i. Penalidades para o inadimplemento das obrigações;
- j. Matriz de riscos, com alocação entre Poder Concedente, Concessionário e comum;
- k. Indicação dos critérios de qualificação dos licitantes, de julgamento e;
- l. Estabelecimento de regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, bem como outros aspectos jurídicos relevantes.
2. Pareceres ou estudos jurídicos que expressem a credibilidade do modelo proposto, com indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo, tais como contratos, convênios de cooperação, contrato de programa, leis, decretos, etc., com as respectivas minutas, se for o caso;

3. Estudos ou análises jurídicas quanto à viabilidade de licenciamento do terreno apresentado, face a restrições legais, como por exemplo proximidade de aeroportos; e

—

4. Outros estudos relevantes: os interessados poderão apresentar outros estudos e informações não incluídas nos demais itens acima que considerem relevantes para um modelo de concessão.

CADERNO VII- Anexos e Documentação Complementar

O caderno poderá apresentar informações cujos autorizados julguem importantes para melhor compreensão da proposta.

Admite-se o acréscimo de itens aos cadernos abordados ou volumes adicionais e complementares, desde que seja respeitado o formato previsto para a apresentação dos estudos, e desde que isso se constitua em um instrumento para ampliação do espectro de abordagem ou aprofundamento técnico.

4. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

A avaliação e a seleção das propostas apresentadas a serem utilizados, parcial ou integralmente, na eventual licitação terá como base os critérios estabelecidos no art. 10 do Decreto nº 8.428/2015 que dispõe sobre procedimentos do PMI e considerarão:

- a) A observância de diretrizes e premissas definidas;
- b) A consistência e a coerência das informações que subsidiaram a realização;
- c) A adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

- d) A compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;
- e) A demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes; e
- f) O impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.